ASSEMBLEIA FISCALIZA

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Prestação de contas do Governo ano 2026 – 1º Ciclo

— 18/6/2026 — 14 horas



Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, entre 1º de maio de 2025 e 30 de abril de 2026, no âmbito do 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo 2026

Reunião Conjunta das Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; de Direitos Humanos; de Esporte, Lazer e Juventude; de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social
Comissão convidada: Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana
Presidente da reunião: deputada Ana Paula Siqueira
Data: 18/6/2026
Horário: 14 horas
Local: Auditório José Alencar

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho Belo Horizonte-MG
CEP: 30190-921

Foto capa: Willian Dias (Acervo ALMG)

I – Apresentação

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, tendo a Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana como convidada, receberam, em 18/6/2026, Marcelo Couto Dias, secretário de Estado de Desenvolvimento Social, que prestou informações sobre a gestão de sua respectiva área de competência relativamente ao período de 1º de maio de 2025 e 30 de abril de 2026, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: **Clique aqui**. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br/fiscaliza.

II – Presenças

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher: deputadas Ana Paula Siqueira (presidenta) e Lohanna (vice-presidenta).

Comissão de Direitos Humanos: deputada Bella Gonçalves (presidenta); deputada Alê Portela, em substituição ao deputado Caporezzo; deputada Beatriz Cerqueira, em substituição ao deputado Betão; deputado Leleco Pimentel, em substituição à deputada Andreia de Jesus.

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude: deputado Coronel Henrique (presidente) e a deputada Ana Paula Siqueira, em substituição ao deputado Mário Henrique Caixa.

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social: deputado Leleco Pimentel; deputada Ana Paula Siqueira, em substituição ao deputado Betão; deputada Beatriz Cerqueira, em substituição ao deputado Celinho Sintrocel.

Comissão extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana: deputado Leleco Pimentel (presidente).

Poder Executivo: Marcelo Couto Dias, secretário de Estado de Desenvolvimento Social.

Demais presenças: deputados Antônio Carlos Arantes e Bruno Engler.

III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo, o titular da Sedese apresentou resultados e ações da pasta no período de 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026, sendo em seguida questionado pelos parlamentares presentes acerca de pontos específicos. Os principais resultados e ações foram os apresentados a seguir.

1) Desenvolvimento social

- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM: O IDHM de Minas Gerais aumentou de 0,787, em 2012, para 0,809 em pouco mais de 10 anos, valor acima da média nacional.

- Evolução do Índice de Pobreza Multidimensional – IPM: melhoria contínua do IPM de 2019 a 2025, um instrumento inovador para aferição da pobreza que utiliza quatro dimensões: saneamento, educação, padrão de vida e trabalho. Em 2025, o índice atingiu o seu menor valor histórico (abaixo de 0,25), indicando uma melhora contínua nas condições de vida das famílias mineiras.

2) Subsecretaria de Assistência Social

- **Piso mineiro de assistência social:** repasse de R$130.700.000,00 aos 853 municípios em 2025. Em 2026, até o mês de junho, houve o repasse de mais de R$41.000.000,00. Trata-se de recorde de investimento, considerando que, em 2022, houve o investimento de R$54.000.000,00.
- **Resposta às chuvas**: decretação de calamidade pública nos municípios situados na região de emergência pelas chuvas, os quais receberam mais de R$3.000.000,00 em parcelas adicionais. Ademais, em antecipação receberam R$1.800.000,00, o que corresponde a 3 a 6 parcelas do piso mineiro. Foi ofertado também apoio técnico aos municípios, em articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec –, o Servas e a campanha SOS Águas.
- **Centro de Referência Especializado da Assistência Social – Creas – regional**: manutenção de quatro Creas regionais, os quais atendem 17 municípios no baixo, médio e alto Jequitinhonha, no Mucuri e no Vale do Rio Doce. Ampliação do cofinanciamento dos Creas municipais, de cinco, para 101 unidades, entre 2022 e 2026, o que totaliza um investimento de mais de R$18.000.000,00 por ano. Para 2027, planeja-se a expansão para 237 unidades.
- **Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – Ppcaam – e Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora:** investimento estadual e federal de R$1.700.000,00 por ano para acolhimento institucional de crianças e adolescentes ameaçadas de morte e para acolhimento de crianças e adolescentes que se encontram em famílias acolhedoras, a fim de superar o contexto de institucionalização e abrigamento.
- **Acolhimento para egressos da extinta Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor – Febem:** existência de 25 parcerias para acolhimento dos egressos, das quais 22 são com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae. No total, 323 vagas são financiadas pela secretaria, com o repasse de mais de R$50.000.000,00 entre 2019 e 2026.
- **Capacitações e apoio técnico**: observância de 6.779 participações nas capacitações oferecidas pela Secretaria em 779 municípios mineiros (o que corresponde a 91%), em 2026, com dados até abril.

3) Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda

- **Geração de empregos:** geração de mais de um milhão de empregos formais entre 2019 e 2025.

Especificamente no último quadrimestre de 2025, o Estado registrou a taxa de desemprego de 3,82%, sendo esta taxa a mínima da série histórica e abaixo da média nacional. Registrou, também, queda da informalidade, sendo a taxa do primeiro trimestre de 2026 de 35,76%.

- **Programa Minas Forma:** investimento de R$20.000.000,00 em 387 turmas, o que representa o total de 10.000 vagas, abrangendo 121 municípios, até 2026. Todos os alunos receberam uma bolsa-auxílio de R$6,00 a hora-aula. Em 2027, planeja-se ofertar o dobro do vagas, 20.000, pelo programa.
- **Programa Ponte Digital:** acesso à emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social, à solicitação de seguro-desemprego, ao cadastro de currículos, à busca de empregos, e a outros serviços, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica com municípios de todo o Estado, com vistas a garantir o acesso digital aos cidadãos que estão em busca de trabalho, inclusão produtiva e geração de renda.
- **Feirão de empregos:** realização de quatro edições do Feirão de Empregos, com mais de 31.500 vagas oferecidas e mais de 200 empresas parceiras. A próxima edição ocorreria na semana seguinte.
- **Economia Popular Solidária:** realização da feira estadual de economia popular, com 93 empreendimentos beneficiados, no Município de Contagem, em agosto de 2025. Realização de feiras mensais na Cidade Administrativa nos últimos 12 meses, as quais contaram, no total, com 832 empreendimentos (média de 70 empreendimentos por edição), que totalizou R$894.900.000,00 comercializados, sendo uma média de R$1.073,00 por empreendimento a cada mês. Realização, ainda, das feiras regionais, no âmbito do programa Percursos Gerais, as quais tiveram mais de 156 empreendimentos participantes e um público de mais de 4.000 pessoas.
- **Kits Feira e Implementos Agrícolas:** doação, em 2025, com entregas em 2025 e 2026, de 1.154 kits, incluindo itens como barracas, balanças, caixas plásticas, jalecos e implementos agrícolas.
- **Contrata MG:** plataforma digital que busca conectar trabalhadores e empregadores, com destaque para 300 vagas exclusivas para pessoas com deficiência.

4) Subsecretaria de Política dos Direitos das Mulheres

- **Centro Risoleta Neves de Atendimento – Cerna:** realização de 1.630 atendimentos no período de maio de 2025 até abril de 2026, e realização de 196 capacitações em 2026, as quais foram destinadas a mais de 1.286 pessoas, em mais de 159 municípios.
- **Centros de Referência Especializados de Atendimento à Mulher – Creams – municipais:** investimento de mais de R$36.000.000,00 na implementação de Creams em 24 dos 26 municípios da Bacia do Paraopeba, no ano de 2026.

- **Carnaval da Liberdade 2026:** realização do Acolhe Minas, plantão integrado para promover acolhimento, orientação e atendimento das mulheres durante o carnaval. Durante o período, não foram registrados feminicídios em Belo Horizonte. Ademais, foram distribuídos mais de 200.000 materiais gráficos de sensibilização, realizada capacitação para mais de 400 pessoas e atendimento em mais de 70 municípios.
- **Fale Agora:** realização 1.427 atendimentos e capacitações em 2025 e 2026, e produção de material informativo e definição de protocolos junto aos municípios mineiros para o enfrentamento e a prevenção das diversas formas de violência contra a mulher.
- **Conferências da Mulher:** após 10 anos de interrupção, realização de 16 conferências regionais, com mais de 3 mil participantes em 242 municípios, o que resultou na aprovação de 2.172 propostas relacionadas ao tema.
- **Pacto Nacional de Prevenção ao Feminicídio:** adesão de Minas Gerais ao Pacto, integrando as ações que visam articular esforços da União, dos estados e dos municípios no enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres.
- **Plano de Metas – Lei Federal n° 14.899, de 2024:** realização de planejamento de 10 anos com indicadores e resultados mensuráveis para o enfrentamento da violência contra a mulher, revisão bienal e metas para a Sedese, Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Tribunal de Justiça de Minas Gerais e Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.
- **Observatório Estadual da Violência Contra a Mulher – Observa Minas:** integração de dados governamentais com o objetivo de disponibilizar o acesso à informação, com painéis de monitoramento e produção de diagnósticos para subsidiar políticas públicas, por meio do link <fjp.mg.gov.br/observaminas>.
- **Trajeto Moda:** investimento de mais de R$17.000.000,00 na oferta de cursos de costura, empreendedorismo, educação financeira, cooperativismo e desenvolvimento de coleção, com vistas a promover a inclusão produtiva e a geração de renda para as mulheres, com prioridade para aquelas vítimas de violência e em situação de vulnerabilidade.

5) Subsecretaria de Política de Habitação

- **Programa Moradas Gerais:** realização da Frente I do programa, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, entre 2025 e 2026. Beneficiamento de mais de 5.000 pessoas, com investimento de até R$35.000,00 em melhorias por moradia, totalizando R$43.000.000,00 investidos. A Frente II do programa será executada em 2026, e tem como foco o atendimento de moradias localizadas em

municípios impactados pelas chuvas, nas regiões Oeste de Minas, Central e Zona da Mata, planejando-se o atendimento de mais de 2.000 pessoas, com mais de R$50.000.000,00 investidos.

- **Capacitação e apoio técnico:** no último ano, foram atendidos 127 municípios e capacitados 864 gestores. Houve mobilização em mais de 800 municípios para a realização de conferências municipais.
- **Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene:** doação de mais de 90.000 itens de segurança hídrica nos últimos 12 meses, como caixas d'Água e tubos de PVC a cidades das regiões do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce; energização de poços, com a entrega de 42 kits fotovoltaicos a 24 municípios, sendo mais de cinco mil pessoas beneficiadas diretamente com a energia limpa e com o poço profundo; e adoção de sistema simplificado de abastecimento de água em 14 municípios rurais. Atualmente, mais de 1.100 pessoas foram beneficiadas diretamente, sendo que 11 sistemas estão em execução e quatro já foram concluídos.

6) Assessoria de Segurança Alimentar

- **Bancos de alimentos:** aquisição, com recursos da Comissão de Participação Popular, de furgões refrigerados para os bancos de alimentos, para garantir a operação logística de captação de alimentos e evitar o desperdício.
- **Adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan:** adesão de 233 municípios ao Sisan, sendo que mais de quinze solicitações estão em análise na Assessoria de Segurança Alimentar. Para os municípios interessados, foram realizadas oficinas virtuais para orientá-los, capacitá-los e sensibilizá-los sobre a importância dessa adesão. Também foi oferecido apoio às diretorias regionais, da Sedese e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater –, na temática da segurança alimentar.
- **Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável:** publicação do plano em novembro de 2025, sendo este um instrumento importante para orientar a elaboração e a execução das políticas de segurança alimentar, com destaque para o fato de que Minas Gerais é o único estado com seis edições do plano já publicadas.
- **Leite para a Primeira Infância:** atendimento de 25.000 crianças e distribuição de mais de 2.000.000 litros de leite, em 102 municípios da região do Norte e Nordeste de Minas Gerais. O leite distribuído para essas famílias com crianças na primeira infância é adquirido de agricultores familiares. Assim, além das crianças, 660 agricultores familiares foram beneficiados com R$2.148,00 por mês. Além disso, oito municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte também foram beneficiados pelo

programa.

7) Subsecretaria de Esportes

- **Lei de incentivo ao esporte:** por meio da lei, em 2025 foram alcançados mais de R$58.000.000,00 e 698 projetos foram executados com esses recursos. Em 2026, até maio, foram R$13.000.000,00, e 81 projetos foram iniciados. O limite de arrecadação triplicou em 2026, com R$96.000.000,00.
- **ICMS Esportivo:** em 2025, 602 municípios mantiveram o Conselho Municipal de Esportes ativo, e, em 2026, 729 municípios, condição necessária para o recebimento de recursos do ICMS Esportivo Este ano, a previsão é de destinação de R$105.000.000,00 de recursos por meio do ICMS Esportivo, para permitir o apoio de uma série de ações.
- **Jogos Escolares de Minas Gerais - Jemg:** inscrição de todos os 853 municípios, e participação esperada de 50.000 estudantes atletas em 2026, com mais de R$19.000.000,00 de investimento.
- **Jogos Escolares Brasileiros - JEBs:** em 2025, foi realizado em Minas Gerais o maior evento esportivo escolar do Brasil, com a reunião de mais de 5.000 atletas e de 999 professores/treinadores, abrangendo 19 modalidades de jogos e o oferecimento de mais de 70.000 refeições.
- **Bolsa Atleta e Bolsa Técnico:** investimento de mais de R$2.700.000,00, sendo beneficiados 109 olímpicos, 127 paraolímpicos e 51 surdolímpicos, com um novo edital da Bolsa Atleta e da Bolsa Técnico previsto para junho de 2026.
- **Incentivo de mulheres no esporte:** inclusão de uniforme feminino nos kits de materiais esportivos e coordenação do grupo de trabalho para a realização da Copa do Mundo Fifa de Futebol feminina.
- **Jogos do Interior de Minas Paradesporto – Jimip:** participação de 495 atletas e envolvimento de 28 municípios em 2025. O evento contou com intérprete de libras e medalhas e troféus em braile.
- **Núcleos de Fomento ao Paradesporto:** publicação de edital pela Sedese em 2025, que contemplou a criação de 23 núcleos. Foram publicadas 22 parcerias, as quais envolveram R$2.100.000,00 de recursos repassados.

8) Subsecretaria de Direitos Humanos

- **Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:** emissão de mais de 67.000 de carteiras desde 2021, em 832 municípios do Estado. Realização de ações para ampliação do alcance do serviço, por meio de campanhas e de mutirões do Governo Presente (realizados em 16 municípios).
- **Cofinanciamento dos Centro-Dia:** cofinanciamento de 333 unidades, com repasse de R$125.000,00

para cada, totalizando mais de R$45.700.000,00, repassados em 2025, o que possibilitou o atendimento de mais de 24.000 pessoas com deficiência.

- **Parque Girassol – espaço multissetorial, público e gratuito para pessoas com transtorno do espectro autista e outras deficiências:** inauguração de 10 unidades, com a meta para 2026 de alcançar 16 unidades, totalizando um investimento de R$3.200.000,00.
- **Unidades Integradas de Registro Civil de Nascimento:** implantação de 105 unidades em 80 municípios, o que permitiu a emissão de mais de 533.000 certidões de nascimento até maio de 2026.
- **Maio Laranja:** promoção de blitz educativa com palestras para crianças, adolescentes e adultos sobre o tema da violência, em 165 municípios, com a distribuição de mais de 50.000 materiais informativos em campanhas de sensibilização, e de um encontro estadual no mês de maio de 2026.
- **Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua:** instituído o comitê pelo Decreto n°48.902, de 2024. A posse foi dada em dezembro de 2025 e as reuniões mensais têm sido realizadas com o objetivo de construção de um plano estadual para a população em situação de rua.
- **Portal SER-DH:** realização, dentre outros, de curso de diversidade LGBTQIA+, com certificação de 104 pessoas, de curso de igualdade racial, com certificação de 123 pessoas, e de campanha de monitoramento de políticas públicas.
- **Campanha TRANSformando o preconceito em respeito:** realização de 4ª campanha de respeito à diversidade.
- **Semana da juventude:** realização da semana da juventude em agosto de 2025.
- **6ª Conferência Estadual das Juventudes:** realização da conferência em dezembro de 2025 com o tema "Juventude protagonista: planejando e transformando".
- **I Encontro de Povos Originários e Comunidades Tradicionais:** realização de encontro sobre saberes tradicionais, uso do solo, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável nas comunidades tradicionais em novembro de 2025.
- **Escola de Formação em Direitos Humanos:** disponibilização de 10 cursos gratuitos na plataforma SER-DH, com emissão de mais de 2.350 certificados nos últimos doze meses. Em 2025, foram lançados novos cursos, com destaque para o "Acolher com direitos: proteção a migrantes e refugiados.
- **V Conferência Estadual dos Direitos Humanos:** realização da conferência em outubro de 2025, com o título "Por um sistema nacional de direitos humanos: consolidar a democracia, resistir aos

retrocessos e avançar na garantia de direitos para todas as pessoas".

- **XVI Semana de Direitos Humanos:** realização do evento em dezembro de 2025, com o tema "Humanizar é preciso: educação, escuta e inclusão".
- **Cartilha de orientação aos conselhos municipais:** lançada em 2026, com o objetivo de orientar os municípios acerca da criação, da estruturação e do fortalecimento dos conselhos municipais de direitos humanos.
- **Programa Percursos Gerais – trajetória para a autonomia:** realização do segundo ciclo do Percursos Gerais, no período de 2024 a 2027, com o objetivo de promover a autonomia de famílias em situação de vulnerabilidade. O programa atuou em 56 municípios na região da Sudene, especificamente municípios com vulnerabilidades climáticas. Foram mais de 8.000 pessoas beneficiadas diretamente, sendo que, destas, 82% são mulheres em situação de vulnerabilidade, público prioritário do projeto. Neste segundo ciclo, foi feita uma aproximação com o Sistema Único de Assistência Social – Suas –, para o apoio da rede socioassistencial desses 56 municípios. Foram repassados R$152.900,00 para cada um deles, totalizando-se mais de R$8.500.000,00 investidos. No eixo do programa Raízes de Minas, foram 2.240 kits de irrigação e 680 kits de apoio à produção nesses 56 municípios. No eixo do Trajeto Renda, 3.024 pessoas foram atendidas nestes municípios.
- **Diretorias Regionais:** 22 diretorias em todo o Estado, com 13.015 ações de apoio técnico em 2025 e 3.657 ações até o momento em 2026. Em 2025, 845 municípios foram apoiados e, em 2026, 741.

IV- Debates e questionamentos dos parlamentares e respostas do secretário

Após a apresentação feita pelo titular da Sedese, os deputados debateram as ações da pasta e fizeram questionamentos, conforme a seguir.

1) Políticas para mulheres

No âmbito das políticas para as mulheres, o debate concentrou-se na atuação do Estado diante dos graves indicadores da violência contra a mulher, com destaque para os pontos a seguir.

- Adesão recente e tardia do Estado ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, instituído pelo Decreto Federal nº 11.640, de 16 de agosto de 2023. Diante disso, o secretário foi questionado sobre o desenvolvimento do plano de metas para a implementação do Pacto no Estado.

- Não regulamentação de leis aprovadas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre políticas para mulheres, tendo sido feito questionamento especialmente sobre:

- a previsão de regulamentação da Lei nº 24.466, de 2023, que institui a política de enfrentamento à violência política contra a mulher no Estado, tendo sido destacado que o Ministério das Mulheres lançou o Protocolo Nacional de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres, que integra o Pacto Nacional contra o Feminicídio. Desse modo, foi perguntado se o Pacto Nacional está sendo considerado na construção dessa política em Minas Gerais e, nesse mesmo sentido, foi perguntado quais são as garantias jurídicas e reais e quais são os canais efetivos de denúncia que as candidatas, as detentoras de mandato ou as mulheres que estão em posição de liderança política podem procurar para fazer suas reclamações;

- a previsão de regulamentação da Lei nº 24.223, de 2022, que acrescenta o art. 4º-A à Lei nº 22.256, de 26 de julho de 2016, e autoriza as escolas estaduais a realizarem ações de prevenção e de conscientização sobre a Lei Maria da Penha nas escolas.

- Debate acerca da implementação da Lei n° 23.680, de 2020, regulamentada pelo Decreto n°48.312, de 2021, que diz respeito à criação de banco de empregos para mulheres vítimas de violência, sendo que, no âmbito da política, milhões de reais foram investidos, mas foi frisado que apenas uma mulher foi atendida pelo programa.

- Ausência do Estado nas reuniões para implementação da Casa da Mulher Brasileira – CMB – em Belo Horizonte, que demanda articulação entre todos os entes federativos, e, dada essa ausência, foi questionado quais são os investimentos previstos pelo Estado para a CMB.

- Considerando que foi apresentado o investimento estatal nos Creams, foi perguntado qual foi o recurso efetivamente do Estado nesses centros, desconsiderando, para isso, o recurso proveniente do acordo de Brumadinho, com a empresa Vale.

- Debate acerca do Cerna, que deixou de atuar como centro de acolhida, e passou a atuar como centro de referência e, diante disso, foi perguntado quais os serviços atualmente prestados, qual o perfil do atendimento e quais os resultados efetivos do Cerna.

- Dado o avanço da violência contra a mulher, foi perguntado sobre a perspectiva de ampliar o recurso destinado às mulheres vítimas de violência, bem como sobre o que está sendo feito para atender aos órfãos do feminicídio.

- Foi solicitada a criação de uma Secretaria Estadual da Mulher, dada a extensão das demandas relativas a esse público. No pedido, foi salientado que Minas Gerais é o único Estado do sudeste que não tem secretaria específica, e que é o segundo Estado com maior violência letal contra as

mulheres, o que não é uma coincidência.

Em resposta a tais questionamentos, no que diz respeito ao plano de metas para a implementação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, o secretário destacou que Minas Gerais não foi o último Estado a assinar o pacto, e esclareceu que já existe um plano de metas, elaborado com base no Plano Plurianual do Governo, na Lei Orçamentária e nas metas estabelecidas para os próximos dez anos.

Sobre a regulamentação de leis, pontuou que a Subsecretaria de Direitos das Mulheres tem atuado para promovê-la, sobretudo por meio da realização de estudos técnicos e da articulação intersetorial com outras pastas. Ressaltou, contudo, que, por se tratar de um tema transversal, a regulamentação não depende apenas da Sedese, e que muitas dessas legislações não demandam regulamentação para serem implementadas. A resposta foi complementada por uma parlamentar, que ponderou que, quando uma lei é criada e sancionada pelo governador, sua regulamentação não é obrigatória para que tenha validade.

Especificamente sobre a regulamentação da lei sobre violência política contra as mulheres, o secretário informou que já existe uma Câmara Integrada e um plano decenal do Observa Minas, mas afirmou que a secretaria permanece aberta ao diálogo para ouvir contribuições e construir outros mecanismos de proteção contra a violência. Sobre as ações de prevenção e de conscientização acerca da Lei Maria da Penha nas escolas, sustentou que essa é uma demanda cujo trâmite deve ser conduzido junto à Secretaria de Estado de Educação, cabendo à Sedese apenas participação subsidiária, por meio da elaboração de diretrizes.

No que diz respeito aos Creams, o secretário destacou que os 24 centros implementados em 26 municípios foram viabilizados com recursos oriundos do acordo judicial de reparação da Bacia do Paraopeba. Acrescentou que a responsabilidade da Sedese consistiu em estruturar o projeto, criar um modelo de atendimento e de implementação, articular com as instituições de justiça e com as instituições locais, além de coordenar as atividades necessárias para viabilizar o atendimento 24 horas nesses centros de referência.

No que tange ao aumento de recursos destinados às vítimas de violência, afirmou que compartilha da preocupação com os recursos destinados à política e reconheceu a necessidade de priorizar esse tema. Destacou, entretanto, que se trata de uma política transversal e que devem ser considerados não apenas os recursos e as ações da Sedese, mas também aqueles destinados às áreas de segurança pública e educação. Nesse contexto, afirmou que o papel da Sedese é favorecer a articulação intersetorial das políticas.

Por fim, mencionou que Minas Gerais é o segundo Estado mais populoso do Brasil e que esse fator deve ser considerado na análise dos elevados números absolutos de violência contra a mulher registrados no Estado.

Acrescentou que outro aspecto a ser considerado é que esse elevado número de registros também indica que os casos de violência estão sendo efetivamente notificados.

2) Política de habitação

No âmbito da política de habitação, o debate centralizou-se nos critérios para acessar os programas de melhorias habitacionais, nas ações estatais para construção e reforma de novas casas e no orçamento público destinado à política. No debate, destacaram-se os questionamentos a seguir.

- Foi perguntado quais são os critérios de acesso ao Programa Moradas Gerais, tanto pela população, quanto para a inclusão de municípios. Especificamente sobre a expansão do Moradas Gerais para municípios atingidos por eventos climáticos, como Juiz de Fora e Ubá, foi perguntado sobre a possibilidade de incluir o Município de Nova Era, em que muitas casas foram danificadas por uma chuva de granizo.

- Foi destacado o grande déficit quantitativo e qualitativo das habitações no Estado, e que, mesmo com recursos disponíveis no Fundo Estadual de Habitação, o número de moradias construídas pelo Estado é muito baixo. Ao mesmo tempo, foi dito que está havendo um desmonte da política de habitação, sobretudo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social. Desse modo, foi proposto que a política de habitação estivesse em outra secretaria, dada a extensão da pasta, e foram realizadas as seguintes perguntas:

    - quantas casas a Companhia de Habitação Popular – Cohab – construiu?

    - onde estão as 2.000 moradias que estão sendo citadas como ação pela Sedese?

    - quais benfeitorias habitacionais foram realizadas no âmbito da Sedese e onde elas se localizam?

    - qual a última prestação de contas para o governo federal relativamente às melhorias habitacionais, incluindo o número de moradias e a localização delas?

    - há algum movimento de moradia participando no Programa por indicação da Sedese?

    - como as famílias podem acessar as placas solares fornecidas pelo Idene, como é o cadastramento para que elas possam acessar?

- Na página da Sedese sobre o programa Moradas Gerais, há informação de início de obras em um terreno de posse da Cooperativa Habitacional Metropolitana – Cohabita –, porém esse terreno é

objeto de ação de reintegração de posse julgada e deferida. Com isso, perguntou-se: onde está ocorrendo despejo, qual tipo de recurso será utilizado, quais são os valores, quem escolheu esse terreno e qual chamamento público foi feito.

- Foram solicitados maiores esclarecimentos sobre o atendimento de 620 famílias, em nove municípios mineiros, com novas unidades habitacionais, com especificação se de fato foram casas construídas pelo Estado, ou se o dado apresentado inclui também a entrega de casas pelo governo federal.

Em resposta, sobre o Programa Moradas Gerais, o secretário destacou que a iniciativa consiste na realização de melhorias habitacionais para famílias em situação de vulnerabilidade social e inadequação habitacional, com benefício de R$35.000,00 por unidade familiar. Informou que a fase III do programa foi projetada especialmente para as regiões de Juiz de Fora e de Ubá, como resposta emergencial às chuvas, inclusive com recursos do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM.

Esclareceu, ainda, que todas as informações sobre o Programa Moradas Gerais constam da Resolução Sedese nº 7, de 2026, e que todos os critérios estabelecidos são públicos, incluindo a priorização de famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas chefiadas por mulheres. Acrescentou que o projeto tem previsão de beneficiar mais de 1.800 famílias, correspondentes a mais de 1.800 unidades domiciliares.

No que diz respeito ao atendimento de 620 famílias, em nove municípios mineiros, com novas unidades habitacionais, o secretário sustentou que esse número se refere a imóveis novos para famílias que têm ônus excessivo com aluguel, com comprometimento significativo de sua renda, conforme o Cadastro Único, caso não seja possível garantir as condições na localidade onde residem. Salientou, ainda, que a política habitacional não se resume a isso, incluindo também capacitações de gestores municipais para que possam acessar recursos federais a as ações de reforma de unidades habitacionais, sobretudo em relação ao telhado, piso e parte hidráulica. Considerando os esclarecimentos insuficientes, um parlamentar formalizou pedido de informação a esse respeito, a ser encaminhado ao titular da Sedese.

Por fim, sobre o número de casas construídas pela Cohab, o secretário esclareceu que não se trata de política sob a competência da pasta, estando vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, razão pela qual não dispunha de informações sobre o assunto.

3) Política de esportes

No âmbito da política de esporte, destacaram-se as questões abaixo.

- Considerando a Lei nº 25.751, de 2026, que autoriza o Poder Executivo a transferir a Subsecretaria de Esportes para a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, foi perguntado quando ocorrerá essa transferência.

- Foi mencionado que meninas e as mulheres deixam de participar do esporte em até dez vezes mais que os meninos, em determinada faixa da vida, porque são mais impactadas por assédio sexual, por falta de estímulo, por falta de presença de mulheres nas equipes técnicas, por falta de estruturação, por falta de segurança no transporte público. Tendo isso em vista, foi feita a solicitação de que o Estado incremente a política de esporte e de atenção a meninas e mulheres, considerando para isso a Lei nº 25.373, de 2025, que dispõe sobre a política estadual de apoio à mulher no esporte.

Em resposta ao questionamento sobre a transferência da subsecretaria de Esportes, o secretário informou que o trâmite de tal transferência está sendo acompanhado, e que confia que a melhor solução será tomada para esta questão. No que se refere à questão de meninas e mulheres no esporte, o secretário disse compartilhar da opinião da necessidade de investimento, e que os dados mostram que 80% dos jovens brasileiros não têm o tempo de prática esportiva recomendado pela Organização Mundial da Saúde, e que, enquanto 38% dos meninos são ativos, apenas 18% das meninas praticam atividade física de forma regular. Com isso, destacou a importância de aumentar o investimento em esportes nas escolas e nos equipamentos públicos.

4) Políticas de direitos humanos

Na política de direitos humanos, foram feitas pontuações específicas sobre a população em situação de rua, sobre a primeira infância, sobre a juventude, sobre o público LGBTQIAPN+ e sobre pessoas com deficiência, destacando-se as abaixo citadas.

- Considerando o crescimento de 40% da população em situação de rua no Estado na última gestão, bem como que Minas Gerais ocupa o terceiro lugar no ranking nacional de população em situação de rua, foi perguntado o que está sendo feito para mudar essa realidade, bem como qual é o trabalho de articulação entre a secretaria e os municípios para diminuir esse percentual.

- Foi perguntado qual o recurso aportado pelo Estado para as Casas de Recuperação.

- Para além da distribuição de leites e de kits de maternidade, foi perguntado o que, efetivamente, tem sido feito para a primeira infância, especificamente sobre a quantidade de creches propostas, para zerar o déficit de educação infantil no Estado, e sobre a regulamentação da Lei nº 25.610, de 2025, que institui a política estadual da primeira infância.

- Tendo em vista dados do Sind-UTE os quais apontam que 50.000 jovens abandonam o ensino médio no Estado, foi perguntado se a secretaria acompanha essa situação, se há um rastreio dos municípios onde essa evasão escolar é mais frequente e se os Centros de Referência de Assistência Social – Cras – acompanham esses jovens.

- Considerando termo de referência de R$273.000.000,00 do governo do Estado para o Programa Evolução Jovem destinados à contratação de 10.000 jovens, o questionamento judicial e junto ao Tribunal de Contas do Estado sobre o processo de licitação no âmbito do Programa e o possível envolvimento da instituição contratada (Renapsi) com o crime organizado, foi perguntado se esse termo foi revogado (conforma havia dito o Governador), quantos jovens foram contratados, qual orçamento foi enviado e se haverá um novo processo de licitação no âmbito do termo.

- Sobre o público LGBTQIAPN+, apontou-se que o secretário apresentou apenas uma ação, pelo governo, relativa à realização de um curso online para 104 pessoas, mesmo que Minas Gerais seja o Estado que, em números absolutos, mais mata pessoas trans e travestis.

- Falou-se da implantação de 10 parques sensoriais para pessoas com Transtorno do Espectro Austita e neurodivergentes. Sem desconsiderar a importância de políticas para esses públicos, foi perguntado se existem outras políticas para pessoas com outras deficiência.

- Considerando que o Programa Central de Libras funciona apenas das 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta, foi questionado se há a perspectiva de ampliar o horário para o final de semana e para o turno noturno, se há perspectiva de firmar parcerias com pequenos municípios e, ainda, se há possibilidade de atendimento por videochamada, para atender pessoas que estão em diversas regiões do Estado.

Em resposta, sobre a população em situação de rua, o secretário focou sua fala na instituição do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População de Rua, com composição paritária, e realização de reuniões mensais, não tendo feito comentários mais específicos.

Sobre a primeira infância, o secretário sustentou que a construção de creches é de competência municipal, e não estadual. Além disso, no âmbito do Estado, destacou o programa Capacita Minas, por meio do qual houve a capacitação de 240 municípios, em parceria com a Unicef, sobre o sistema de garantia de direitos da criança; a publicação de uma resolução que prevê a estruturação tecnológica para os conselhos tutelares; a instituição do Comitê Estadual Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância, cuja atribuição é elaborar o plano estadual para a primeira infância; e a realização de capacitações nos

municípios sobre violência, no âmbito do Maio Laranja.

No que diz respeito à juventude, sobre a evasão escolar o secretário destacou outras políticas que, mesmo que estejam em outras pastas, como esporte, são direcionadas aos jovens e contribuem para a permanência na escola. Como exemplo, citou os jogos escolares, que envolveram os 853 municípios do Estado, com a participação de quase 50.000 jovens. Além disso, mencionou a oferta de 5.000 vagas no mutirão do Jovem Aprendiz, em 2026. No que se refere ao Programa Evolução Jovem, o secretário informou que nenhum repasse foi feito à instituição e que nenhuma contratação foi realizada, pois houve uma suspensão cautelar do contrato, decidida pelo Governador. A resposta foi complementada por parlamentar, que informou não haver irregularidades no processo licitatório, inclusive conforme manifestação do Tribunal de Contas do Estado.

Sobre o público LGBTQIAPN+, o secretário salientou que também foi realizada uma capacitação da Polícia Federal para o atendimento humanitário às pessoas trans e não binárias. Destacou também que está ativa a Comissão Estadual de Política de Enfrentamento às Violações Relativas à Orientação Sexual e Identidade de Gênero, que tem realizado o acompanhamento de diversos casos de violações de direitos humanos da população LGBTQIAPN+ no Estado.

Por fim, com relação às pessoas com deficiência, o secretário destacou que os programas Bolsa Atleta e Bolsa Técnico contemplam técnicos e atletas paralímpicos, sendo que 51 atletas surdolímpicos são beneficiados pela bolsa. Ressaltou também a realização dos Jogos do Interior de Minas – Paradesporto, que contou com a participação de 495 atletas e ofereceu intérprete de Libras e troféus em braile. Destacou, ainda, os Núcleos de Fomento ao Paradesporto, informando que um edital da secretaria já contemplou 23 núcleos e que, atualmente, há 22 parcerias publicadas, com o repasse de R$2.100.000,00 para essa finalidade. Com relação à Central de Libras, afirmou que a ampliação do programa é uma sugestão muito importante e se comprometeu a verificar a viabilidade de celebrar convênios com prefeituras para ampliar a iniciativa, bem como de realizar atendimento online, nos moldes da telemedicina, no âmbito da Central de Libras.

5) Segurança alimentar

O debate concentrou-se na estrutura estadual da política de segurança alimentar, na execução de programas de abastecimento, no fortalecimento do Sisan e no apoio à agricultura familiar, sendo salientados no debate os pontos a seguir:

- falta de uma estrutura administrativa específica para gerir a política de segurança alimentar no

Estado, com capacidade para implementar o sistema estadual de segurança alimentar;

- falta de informações sobre os critérios para implantação de cozinhas solidárias e bancos de alimentos.

Em resposta, o secretário mencionou a adesão do governo de Minas Gerais ao Sisan, e que 221 municípios do Estado aderiram ao Sistema. Citou, ainda, a atuação da Assessoria de Segurança Alimentar, a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e a seleção de 25 municípios para ações do programa Brasil sem Fome.

6) Política de assistência social

No que se refere à política de assistência social, o debate centrou-se no financiamento das políticas, na extensão da cobertura territorial dos Creas, na ausência de políticas específicas para pessoas idosas e no papel dos vínculos familiares, destacando-se os questionamentos abaixo.

- Pequena participação dos recursos oriundos do Tesouro estadual no financiamento da assistência social, uma vez que 95% do seu financiamento provém de recursos do FEM.

- Destinação dos recursos do FEM para ações não diretamente relacionadas à erradicação da miséria. Ainda sobre o FEM, foi questionada a possibilidade de cessar a desvinculação de receitas com a aplicação da totalidade dos recursos do FEM em ações de erradicação da miséria no Estado. Foi apontada, também, a necessidade de renovação da vigência da alíquota adicional do ICMS destinada ao FEM.

- Papel do programa de transferência de renda do governo federal – Bolsa Família – para a redução da pobreza no Estado.

- Baixa cobertura territorial dos Creas e a capacidade da rede de atender à demanda por proteção social especial: instituições de longa permanência para pessoas idosas – ILPIs –, casas de acolhimento à mulher, casas de acolhimento a crianças em situação de vulnerabilidade, serviços que demandam recursos não apenas para custeio mas também para ampliação, reforma e construção.

- Ausência de políticas específicas para o enfrentamento da violência contra pessoas idosas, fenômeno que cresceu quase 10% no Estado nos últimos anos.

- Relação entre o fortalecimento dos vínculos familiares e as políticas públicas.

Em resposta aos questionamentos, o secretário destacou o aumento de 130% dos repasses aos municípios

relativos ao Piso Mineiro de Assistência Social, além do repasse de parcelas adicionais e a antecipação de recursos para municípios atingidos pelas chuvas.

Sobre a prorrogação da vigência do FEM, o secretário salientou que foi protocolado na ALMG projeto de lei nesse sentido. Trata-se do Projeto de Lei nº 5.407/2026, que autoriza a prorrogação do FEM até 2030.

Em relação ao Programa Bolsa Família, considerou a importância da atuação intersetorial no atendimento das famílias beneficiárias, para que estas superem a reprodução intergeracional da pobreza, o que exige integração entre as ações de assistência social, de segurança alimentar, de habitação e de acesso ao esporte.

Quanto ao atendimento de média e alta complexidade, informou a existência de quatro Creas regionais mantidos pela Sedese, e o cofinanciamento estadual dos Creas municipais que passou de cinco para 101 unidades, tendo como meta alcançar 237 unidades cofinanciadas até 2027. Citou o cofinanciamento de Centros-Dia, do acolhimento de egressos da antiga Febem, as capacitações para o atendimento à primeira infância e a estruturação tecnológica de conselhos tutelares.

Quanto ao fortalecimento dos vínculos familiares, o secretário disse esperar atender à orientação da Unicef de investimento em programas de fortalecimento da família e melhoria das práticas parentais como estratégia para prevenir negligência, violência e outras violações de direitos contra crianças e adolescentes. Dessa forma, pretende integrar essa perspectiva nas políticas de assistência social, segurança alimentar, habitação e primeira infância.

7) Política de trabalho, emprego e renda

- Parlamentares questionaram a permanência da informalidade, os registros de trabalho análogo à escravidão em Minas Gerais e a efetividade dos programas de inserção de mulheres vítimas de violência.

Em resposta, o secretário reiterou os dados sobre emprego e qualificação profissional e citou o Trajeto Moda e ações regionais de inclusão produtiva, não sendo apresentadas outras medidas específicas.

8) Questionamentos e manifestações gerais

- Os parlamentares questionaram os indicadores de pobreza apresentados pela secretaria, alegando que o Índice de Pobreza Multidimensional pode não ser suficiente para traduzir a realidade da pobreza no Estado, uma vez que não considera a dimensão renda.

- O debate abordou o baixo orçamento da Sedese para implementar suas responsabilidades institucionais, em contraponto com a prática de isenções fiscais pelo Estado: o Estado não aplica 1% do seu orçamento às políticas da Sedese, o que não chegaria a 1 bilhão, enquanto as isenções fiscais correspondem a 26 bilhões. Além disso, foi apontado que parte do financiamento dos programas da Sedese dependem de emendas parlamentares e que política pública não se faz com emenda parlamentar. Avaliou-se, também, que as limitações orçamentárias da pasta reduzem a capacidade de enfrentamento da pobreza.

- Questionamento sobre o planejamento da Sedese de ações para enfrentar os efeitos climáticos do "super" El niño, que atinge de forma mais intensa as populações vulneráveis.

- Embora o Estado tenha anunciado o envio de recursos para um kit emergencial para a reconstrução da Zona da Mata, e a destinação de recursos do FEM para a Defesa Civil, não houve, ainda, a entrega de qualquer kit ou o envio de qualquer ajuda pelo Estado para esses fins.

- Questionamento sobre os investimentos na região do Vale do Jequitinhonha, especificamente na região de Itinga e Araçuaí, para combater a vulnerabilidade social, frente aos efeitos do crescimento da mineração de lítio que já tem impactado de forma negativa a saúde da população daquela região, com aumento das taxas de adoecimento e de internação por doenças respiratórias.

- Defendeu-se maior articulação entre programas de transferência de renda e políticas de geração de trabalho como forma de assegurar autonomia dos beneficiários do programa.

Em resposta a esses apontamentos, o secretário explicou a metodologia do Índice de Pobreza Multidimensional, esclarecendo que se trata de uma abordagem complementar que abrange múltiplas dimensões e possibilita o direcionamento da atuação do Estado em várias áreas: assistência social, segurança alimentar, habitação, esporte e inclusão produtiva.

Sobre o orçamento da Sedese, o secretário argumentou que o atual governo deu especial atenção à pasta, triplicando o seu recurso, em parceria com a ALMG, e com verbas do ICMS esportivo, com destaque para ampliação do recurso para assistência social.

Em relação aos kits emergenciais para os municípios atingidos pelas chuvas, o secretário afirmou que serão entregues no início do mês de julho, com apoio do Servas e da Defesa Civil.

Quanto às ações para o Vale do Jequitinhonha e para os municípios afetados pela exploração de lítio, o secretário informou que muitas ações desenvolvidas pela Sedese, mesmo que não sejam específicas,

atendem a esse território e o Norte de Minas. Mencionou o programa Leite para a Primeira Infância, as ações de capacitação, os recursos direcionados pela Sedese para o Idene, com a política de segurança hídrica direcionada à região do lítio, além dos recursos para a agricultura familiar. Mencionou, ainda, que os municípios do Norte de Minas têm um atendimento especial no que diz respeito ao cofinanciamento dos Creas municipais, para atendimento de pessoas em situação de violência e extrema vulnerabilidade. Destacou, também, a priorização das ações do Trajeto Moda nessa região, que têm como objetivo atuar com mulheres em situação de vulnerabilidade, principalmente as mulheres vítimas de violência, para garantir a sua autonomia econômica. Concluiu que as ações do Estado, de um modo geral, têm sido construídas para priorizar as regiões com maior vulnerabilidade, com destaque para as regiões do lítio, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri.

Por fim, também foram registrados elogios ao secretário, com destaque para sua experiência no governo federal, além de votos de sucesso na condução dos desafios da secretaria nos próximos meses.

IV – Compromissos

Compromissos e posicionamentos do Executivo

- Levantamento de informações sobre a possibilidade de firmar convênios com prefeituras e de realizar atendimento *online* para ampliar o acesso ao Programa Central de Libras;
- Oferta de 20.000 vagas pelo Programa Minas Forma em 2027;
- Atendimento de mais de 2.000 pessoas pelo Programa Moradas Gerais em 2026;
- Destinação de R$105.000.000,00 de recursos, por meio do ICMS Esportivo, em 2026;
- Publicação de novo edital de Bolsa Atleta e de Bolsa Técnico em 2026;
- Entrega de kits emergenciais para os municípios atingidos pelas chuvas em 2026.

V – Encaminhamentos parlamentares

Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos

RQC 22.608/2026: seja realizada audiência pública para debater as iniciativas da Sedese voltadas para os conselhos tutelares, especialmente quanto à reestruturação tecnológica e às ações desenvolvidas no âmbito do programa Capacita Minas – Primeira Infância.

(https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/22608/2026)

RQC nº 22.382/2026: seja realizada audiência pública para debater a adesão do Estado de Minas Gerais ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, instituído pelo Decreto Federal nº 11.640, de 16 de agosto

de 2023, e o plano de ações do Estado nele previsto.

(https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/22382/2026)

RQC nº 22.383/2026: sejam encaminhadas à Sedese as notas taquigráficas de todas as audiências públicas realizadas pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher que debateram o tema da violência política de gênero nesta legislatura.

(https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/22383/2026)

RQN nº 18.625/2026: pedido de informações ao secretário de Estado de Desenvolvimento Social consubstanciadas na descrição objetiva das ações do plano estadual previsto no Decreto Federal nº 11.640, de 16 de agosto de 2023, que institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, das metas do plano para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher e da implementação da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, sobre os quais dispõe a Lei Federal nº 14.899, de 17 de junho de 2024.

(https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/18625/2026)

RQN nº 19.054/2026: pedido de informações acerca do pronunciamento do titular da Sedese sobre o atendimento de 620 famílias, em nove municípios mineiros, com novas unidades habitacionais, conforme manifestação realizada na 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, de Direitos Humanos, de Esporte, Lazer e Juventude, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, com a participação da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, realizada em 18/6/2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza - Prestação de Contas do Governo, no trecho compreendido entre 1h41min e 1h42min do vídeo com o inteiro teor da referida reunião, disponível no link Clique aqui.

(https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/19054/2026).

Belo Horizonte, 4 de novembro de 2026.

Deputada Ana Paula Siqueira

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher